



Territórios sobrepostos: luta e resistência dos povos e comunidades tradicionais no leste maranhense

Territorios superpuestos: lucha y resistencia de los pueblos y comunidades tradicionales del este de maranhão

Luís Fabiano de Aguiar Silva¹ 

Resumo

Este artigo aborda a expansão da novíssima fronteira agrícola no leste maranhense, especialmente a microrregião de Chapadinha, destacando os processos e conflitos da inserção de monoculturas, especialmente a soja. Os povos e comunidades tradicionais resistem em seus territórios aos reiterados ataques via ações governamentais em favor de empresas predatórias ao longo de décadas. Esses territórios demonstram ser possível reexistir, embora com perdas significativas, crimes contra suas vidas, ancestralidade, grilagem sobre suas terras, veneno e estilo de vida, guiados pelo capital-estado sobre seus territórios. Assim, resistem e lutam, movimento de resistência, contrário ao capitalismo colonial e eurocentrado.

Palavras-chave: territorialidades; resistência; colonialismo; fronteira agrícola.

Resumen

Este artículo aborda la expansión de la nueva frontera agrícola en el este de Maranhão, en particular la microrregión de Chapadinha, destacando los procesos y conflictos de los monocultivos, especialmente de soja, en sus territorios. Los pueblos y comunidades tradicionales han resistido durante décadas los repetidos ataques a sus territorios mediante acciones gubernamentales a favor de empresas depredadoras. Estos territorios demuestran que es posible reexistir, aunque con pérdidas significativas, crímenes contra sus vidas, su patrimonio ancestral, acaparamiento de tierras, veneno y un estilo de vida guiado por el capitalismo de Estado. Por lo tanto, resisten y luchan, un movimiento de resistencia contra el capitalismo colonial y eurocéntrico.

Palabras clave: territorialidades; resistencia; colonialismo; frontera agrícola.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro) e docente do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEEMA). E-mail: lfgeo@hotmail.com

Introdução

O território ancestral, atualmente se revela um espaço apropriado e especializado, monocultura, maquinário e desmatamento. Tempo veloz ditado pela competição e acumulação de capital, a empresa neocolonial e o título de novíssima fronteira agrícola caracteriza a face moderna do leste maranhense, em especial a microrregião de Chapadinha.

No entanto, o processo anterior de ocupação desse território é marcado pela forte presença de povos de diferentes origens, indígenas, escravos fugidos ou libertos e camponeses, organizados segundo uma racionalidade que combinava uso comum, preservação da terra, matas e nascentes. O tempo do arado de tração animal, da criação de miunças², do extrativismo, da caça e da agricultura de subsistência, eles desenvolveram uma economia própria e autossuficiente.

O processo de ocupação e colonização do território maranhense, inicialmente uma conquista francesa (1612-1615) e posteriormente a consolidação portuguesa (1616-1823), não faz do Estado do Maranhão uma exceção, considerando as conquistas em outras áreas do território brasileiro, que tiveram a árdua missão de vencer a resistência dos verdadeiros donos da terra – os indígenas, para garantir esse domínio.

Os colonizadores, para dispor do "braço" indígena e atender aos seus interesses e privilégios mesquinhos, desenvolveram meios, de forma alguma pacíficos, munidos de armas, impuseram pela força e pela sujeição religiosa inúmeras nações indígenas no território maranhense e brasileiro, à escravidão, negando a existência das culturas locais e dos saberes (i)materiais.

Saquet (2019) lembra que o processo de colonização nega a existência das culturas e saberes locais, totalmente varridos por uma práxis de subordinação, exploração, dominação e degradação da vida.

Nesse sentido, Mignolo (2008) trata da importância do pensamento epistêmico decolonial, ou seja, há a necessidade de se desvincular os pensamentos originais dos conceitos ocidentais, o que não significa negar toda a crítica europeia ou as ideias pós-coloniais, é a ideia de coexistência do decolonial, mas uma opção de coexistência ética, política e epistêmica, não de coexistência pacífica, mas de conflito e protesto pelo direito de (re)existir.

² Pequenas criações de suínos, aves, caprinos e ovinos.

O homem, cerne da preocupação dos colonizadores, mereceu toda a atenção, embora se espelhasse em interesses imediatos. Os jesuítas, escudados pela religião, tentavam atraí-lo para a fé cristã, prometendo-lhe a salvação e impondo-lhe uma nova cultura. Os colonos, necessitando de mão-de-obra para os seus serviços e fortalecidos pelo poderio militar de que gozavam, tentavam escravizá-los. Em ambas as situações, os indígenas eram simples objetos de disputa (Feitosa, 1983, p. 21).

No entanto, antes do processo de colonização, vários povos indígenas manifestaram o pensar e o agir em suas territorialidades e temporalidades, contrapondo-se ao movimento de expansão territorial capitalista eurocêntrico e colonial concretizado a partir do século XVI.

Quando os franceses e portugueses fizeram suas primeiras incursões pelo litoral maranhense, encontraram principalmente os indígenas tupinambás, que viviam sedentários em terras muito populosas que, no entanto, mudavam de residência devido à necessidade de novas áreas para cultivo, caça e pesca. Na época da ocupação efetiva do território maranhense, os portugueses faziam distinção entre os indígenas da civilização Tupi-Guarani, e os outros grupos consanguíneos, os chamados Tapuias, da família Jê³ (Assunção, 1988).

Feitosa (1983), menciona que os Jês habitavam o interior do território, especificamente os interflúvios do nordeste, leste, sudeste e centro-sul e sudoeste, a montante dos cursos dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré. Ocupavam também a margem esquerda do rio Parnaíba e áreas adjacentes.

O registro sobre a existência de territórios indígenas no leste do maranhense é importante pela sua datação, pois se encontra em uma carta de datas e sesmarias emitida por D. Fernando Antônio de Noronha, tenente-coronel dos exércitos, governador e capitão-general das capitâncias do Maranhão e Piauí ao rei de Portugal, D. Pedro II.

Por volta de 1795, o governador D. Fernando de Noronha informou sobre a existência de terras do grupo Anapurus em áreas que, segundo Gaspar (2013) estariam localizadas as futuras vilas de Brejo dos Anapurus e São Bernardo da Parnaíba. "Faço saber aos que esta virem a minha carta de data e sesmaria [...] é bom conceder em nome de Sua Majestade, ao diretor, principal e índios do lugar, Brejo de Anapurus três léguas de terra em quadro, segundo as ordens reais" (Marques, 1970, p. 96).

³ No território brasileiro, os Jês foram encontrados distribuídos de norte a sul, ocupando o interior do país. Eram nómadas e alimentavam-se quase exclusivamente de caça, pesca, raízes e larvas. Não desenvolviam atividades agrícolas sistematizadas, mas semeavam milho e retornavam na época da colheita (Feitosa, 1983, p. 83).

Ainda de acordo com Assunção (1988), as planícies costeiras e fluviais que compreendem os rios Itapecuru e Parnaíba eram povoadas por diferentes grupos indígenas. No litoral, pelos Tremembé; os Acararé, no rio Preguiça; os Araioses e Anapurus, no rio Parnaíba; os Barbados, Gamelas e Tupinambás no rio Itapecuru e adjacências e os Uruati, Guanaré e Caicases mais próximos ao rio Munim. Paula Ribeiro (1848), em seu guia de viagem aos limites da capitania do Maranhão, registra a presença de nações indígenas, entre as quais cita as nações Gamela e Timbiras nas proximidades das vilas de Caxias, Codó e Itapecuru Mirim.

A história do pensamento indígena maranhanguara

A territorialização dos grupos indígenas, cuja localização está circunscrita principalmente no leste maranhense, descrita de forma sucinta, revela um pensamento indígena, de conhecimento singular, revelador das territorialidades e temporalidades, frente ao movimento de colonização europeia. Nesse território, viviam os indígenas Anapurus-mirins e Anapurus-açus, do tronco Tupi, dedicados mais à agricultura do que à caça e à pesca, cujas primeiras notícias datam de 1684 (Lago, 1989).

As tradições indígenas, os ritos, os mitos, as crenças englobam uma série de conhecimentos, um saber, uma ciência que deriva da observação e da experimentação, oposta ao saber opressor. Poderíamos apresentar muitos exemplos da tradição indígena maranhense, porém destacamos a contribuição dos Tupinambás, sobre o cultivo da mandioca, uma tradição cultural que ressoa como base alimentar de muitas comunidades tradicionais, a descoberta de que ao retirar o veneno da mandioca (ácido prússico), ela se torna comestível (Melatti, 1970).

Parece-nos bastante plausível identificar e exaltar valores do pensamento indígena, como a centralidade que é dada ao homem como ser social e natural (em íntima relação de unidade dialética), pois os povos indígenas têm noção dos tempos da natureza, do cosmos e dos homens, juntamente com a importância de cada lugar e suas comidas, famílias, ritos e mitos (Saquet, 2019, p. 41).

Essas nações estavam em avançado estágio agrícola, cultivando o algodão, com o qual teciam anáguas, tangas, redes para dormir e pescar, cordas para arcos e fios para pendurar adornos. Também produziam farinha após a colheita da mandioca (Feitosa. 1983). Os Tupi-Guarani, por exemplo, eram chamados, segundo a literatura, de horticultores, pois praticavam pequenos roçados e hortas de milho,

feijão, pimenta, tomate, banana e fumo (Feitosa, 1983; Saquet, 2019).

As habitações eram construídas de palha ou barro, de acordo com o conhecimento de determinadas tribos e recursos naturais disponíveis. Entre os oleiros, eram comuns as construções com galerias e formas quadradas ou cónicas, sempre habitadas coletivamente.

O imenso território, reunindo os campos do cerrado, incluindo o leste maranhense, povoados por diferentes tribos, foi esquecido e por muito tempo considerado improdutivo pelos colonizadores europeus. No entanto, a heterogeneidade ecológica e biológica dessa formação era conhecida por esses povos há muito tempo.

Segundo Conti e Furlan (2003), os Caiapós conhecem perfeitamente os períodos de chuva e seca, o uso adequado das queimadas, e domesticam diversas plantas dessa formação, que possuem taxonomia própria. Em comunidade, usufruíam de inúmeras fontes naturais que atendiam às suas demandas domésticas.

Favorecidos pelo clima, água abundante, solos férteis e uma fauna rica e diversificada, possibilidades e potencialidades estas para viver mais e melhor, com saberes e sabores, criadores de identidades e valores, territórios, territorialidades e temporalidades comunitárias e coletivas. Estilo de vida específico, "considerando a relação homem-terra efetivada, histórica e geograficamente, com um conteúdo mítico e de integração sociedade-natureza" (Saquet, 2019, p. 35).

Colonização, dependência e exploração do território

A ocupação do território maranhense e sua colonização se desenvolveram através de três frentes de expansão espacial e temporalmente distintas: uma pelo litoral, tendo como ponto de partida o golfão maranhense, outra pelo sertão, no planalto, seguindo o vale do rio Parnaíba, e a última corrente de migrantes da seca. A primeira tem como eixo econômico o modelo agroexportador. O segundo, a pecuária extensiva, com comportamentos socioculturais bem definidos, e o terceiro resultante da frente de expansão dos migrantes fugidos das secas (Trovão, 2008). Assim ocorre, no tempo e no espaço, o processo de apropriação privada da terra no leste maranhense e, em especial, na microrregião de Chapadinha, através das ramificações dessas correntes supracitadas.

As ramificações da corrente litorânea levaram à ocupação dos vales dos rios Munim e Iguaçá, ocasião em que se deu o contato com as tribos Caicazes, Guanarés, Guanazes e

Barbados. Seu avanço para o leste se deu principalmente pela proximidade com o Piauí, através da navegação desses cursos, além de "garantir a segurança do transporte do ouro das áreas mineradoras, que percorria esses cursos d'água para chegar a São Luís, para o que foi necessária a construção da fortaleza do Iguaçá" (Trovão, 2008, p. 16).

O processo de colonização, através da ocupação do litoral e das correntes pastoris avançou para o interior do território de forma muito esparsa e pontual. O que, segundo Trovão (2008) não transformou a paisagem como um todo, formada por um grande vazio demográfico, dominado pela fauna e flora.

A frente litorânea, propriamente dita maranhense, que deu origem à "civilização" do babaçu (Trovão, 2008), do arroz e do algodão, até o final do século XIX havia alcançado apenas os vales baixo e médio do rio Itapecuru e os vales baixos dos rios Pindaré e Turiaçu. E, quanto à frente pecuarista, como a citada anteriormente, serpenteava ao longo dos cursos fluviais, e, embora tenha avançado para os vales úmidos dos rios Mearim e Grajaú, bem como para a pré-amazônia maranhense, o fez de forma superficial. Em comum, além da superficialidade desses processos de ocupação, esses riachos eram separados por um grande vazio demográfico (Trovão, 2008).

O imenso território formado por uma significativa área de cerrado, que se estendia dos limites do extremo leste maranhense em direção às chapadas do sul, próximo ao atual município de Balsas, incluindo faixas de terra no estado do Piauí, além da existência de inúmeras nações indígenas, abrigava também grandes fazendas de gado pertencentes aos padres da Companhia de Jesus, denominadas Santo Agostinho, Bacuri e Sambaíba. Com a desintegração dessas propriedades, nas primeiras décadas do século XX, iniciou-se a chegada das primeiras levas de trabalhadores nordestinos que sofriam as contradições da estrutura agrária e as longas secas (Marques, 1970; Gaspar, 2013).

A esse respeito Trovão (2008, p. 24) afirma que "na primeira década do século XX, embora inicialmente de forma tímida, iniciou-se uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e das dificuldades de absorção de mão de obra no próprio região".

Assim, vindos dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia, esses migrantes de primeira ou segunda geração encontraram nas terras maranhenses o que não tinham em sua terra natal, condições favoráveis ao sustento familiar, a saber: terras abundantes, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido.

Para Assunção (1988), a partir da segunda metade do século XVIII, as secas assolararam o sertão, acabando com a indústria local de charque, assim a grande seca da primeira metade do século XIX favoreceu a chegada de mais e mais levas de migrantes ao Maranhão.

E, de acordo com alguns depoimentos Assunção (1988; 2015) relaciona a migração nordestina no século XIX à guerra, pensando na eclosão e extensão da Balaiada como um movimento migratório, e assim afirma que:

Os milhares de nordestinos, que se juntaram e acabaram por se misturar aos caboclos, escravos libertos e seus descendentes, contribuíram para a formação de uma classe camponesa particularmente vigorosa no leste do Maranhão, que veio a constituir a base principal da revolta na região. Em contrapartida, o campesinato do oeste maranhense era composto, na época, principalmente por "índios domésticos", menos aculturados que os camponeses do golfo maranhense, o antigo núcleo de colonização (Assunção, 2015, p. 104).

Essa corrente migratória, formada principalmente por indígenas deslocados, escravos fugidos ou libertos, e migrantes nordestinos, principalmente do Ceará e Piauí, foram responsáveis pela formação de inúmeros povoados, gênese do campesinato no leste maranhense (Assunção, 1988, 2015).

O processo de territorialização dos referidos segmentos camponeses, próximos ou mesmo no interior das grandes unidades produtivas, desenvolvem práticas socialmente organizadas de uso comum da terra, formando uma economia autônoma e independente do modelo colonial, designadas como terras de preto, terras de índio e terras de santo (Paula Andrade, 1995; 2012; Souza Filho, 2008).

Territórios tradicionais e estrangeirização hegemônica

Durante a pesquisa de campo, para a elaboração dos relatórios das atividades desenvolvidas no âmbito do processo que ficou conhecido como Seminário Consulta Carajás: Desenvolvimento ou Destrução? Paula Andrade (1995, p. 34) identifica a presença de pelo menos sete segmentos camponeses no leste do Maranhão, a saber:

[...] os pequenos proprietários, que detêm o título da terra, em geral homens mais velhos; os herdeiros de terras de herança sem partilha; os parentes desses herdeiros que, embora não tenham direito à terra, continuam morando e cultivando nas terras de seus parentes, dentro dos limites do assentamento; os parentes desses herdeiros que só residem dentro dos limites desses assentamentos, mas pagam renda para cultivar em outras terras, de propriedade de grandes proprietários ou de outros pequenos proprietários; os herdeiros de terras de herança, que pagam renda para cultivar em outras propriedades,

quando suas terras se esgotam, ou quando os limites do assentamento só permitem residências; os moradores de terras de preto, que usam a terra em comum; os herdeiros, ou pequenos proprietários, que ocuparam terras nas chapadas limítrofes das propriedades, tornando-se também posseiros.

A territorialização desses diferentes grupos camponeses ocorre a partir da organização das primeiras famílias em povoados, instalados nas margens e várzeas dos cursos fluviais, com diferentes denominações: rios, córregos, braços de rios, lagos, igarapés, grotas e brejos, que no caso específico compõem a bacia hidrográfica do rio Munim.

Praticam a agricultura para o consumo familiar, com o cultivo de mandioca, arroz, feijão e milho, além da extração de mel e principalmente de frutos nativos do cerrado, bacuri e pequi, além da caça, pesca e criação de animais de pequeno e grande porte em áreas denominadas chapadas, baixões e capões, áreas pertencentes ao cerrado (Paula Andrade, 1995, 2012).

Esses espaços vêm sendo apropriados há mais de um século por diferentes segmentos camponeses e extrativistas da região e servem como trechos para a circulação de pessoas e mercadorias entre um povoado e outro e entre povoados distantes das vias de acesso às sedes dos municípios. São também locais para a retirada de madeira para a confecção de artesanato nativo comercializado nas vilas locais ou nos municípios da região, o que acaba complementando a economia doméstica desses grupos (Gaspar, 2013, p. 77).

As chapadas correspondem às áreas altas e limpas, ou seja, com a presença de árvores espaçadas e que, historicamente não eram apropriadas para a agricultura e sim para a criação de animais e extrativismo. Os baixões e capões são as áreas indicadas para atividades agrícolas. A primeira é formada por terrenos mais baixos que podem ser alagados e inundados pela passagem de afluentes alimentados pelas cheias dos rios durante o período chuvoso. A segunda é composta por pequenos trechos de mata fechada, destinados ao cultivo local.

A economia camponesa nessas regiões expressa justamente a articulação entre a apropriação de áreas agricultáveis e áreas de chapadas, de morros, de carrasco, onde praticam outras atividades econômicas. O chamado capim agreste, que nasce espontaneamente nas chapadas, no início das águas, por exemplo, é fundamental para a criação de gado para os camponeses e também para os grandes proprietários (Paula Andrade, 1995, p. 39).

Nesse sentido, de modo geral, os diferentes grupos camponeses, secularmente estabelecidos no leste maranhense, constituíram um estilo de vida singular, ancorado em regras de harmonia, cooperação, solidariedade, diálogo e interação com a natureza.

[...] a identidade desses grupos parece estar baseada no controle dos recursos básicos, onde a roça parece articular todo o sistema de relações sociais com a natureza. São fortes os depoimentos em que a roça aparece como a mãe e os trabalhadores como seus filhos, ou seja, a identidade em relação aos agentes externos, sejam eles comerciantes ou a empresa, está baseada nas relações que estabelecem com a terra e outros recursos básicos através do trabalho familiar (Paula Andrade, 1995, p. 34).

O modelo de economia própria, autossuficiente e de uso comum presente em extensas áreas de chapada, que beneficiava todos os segmentos camponeses do território aqui exposto, estão sendo gradativamente tomados por capitais do centro-sul e sul do país, como afirma Campos (2015, p. 166).

[...] as populações tradicionais e suas inter-relações características de aspectos de caráter privado, combinados com formas de uso comum, vêm sendo gradativamente pressionadas e excluídas do processo geral da economia nacional. Assim, as diversas fases de transformação e expansão do modo de produção dominante, aprofundadas com o capitalismo, pressionaram essas populações e suas formas de uso comum (Campos, 2015, p. 166).

As constantes transformações que o meio rural brasileiro vem sofrendo, como já mencionamos brevemente, remontam ao período colonial. Essas mudanças se alteram no tempo e no espaço de acordo com os diversos interesses em jogo, principalmente os de origem econômica ligados ao modo de produção dominante em cada momento.

Para Gama e Leite (2017), historicamente, o campo brasileiro tem se configurado de forma desigual e excludente. Primeiro, devido a sua estrutura fortemente marcada pela concentração fundiária. Segundo, pela marginalização e precariedade de uma grande parcela da sociedade. Essa configuração se enraizou de tal forma que se tornou uma estrutura que determina, ainda hoje, a natureza das políticas públicas para o campo brasileiro.

Nesse sentido, corrobora Gonçalves Neto (1997), quando diz que as medidas governamentais brasileiras ao longo do tempo trabalharam para a formação de um modelo de modernização agrícola desigual, que sempre esteve a serviço dos grandes proprietários de terras e de culturas destinadas ao mercado externo que pesam na balança comercial, em detrimento das culturas alimentares.

As grandes transformações econômicas ocorridas a partir de meados do século XX provocaram, tanto no mundo quanto no Brasil, um constante e acentuado processo de mudanças no meio rural. Segundo uma dinâmica influenciada pela conhecida "Revolução Verde", ela é aprofundada pelo neoliberalismo econômico e pela chamada globalização. O reaquecimento de uma economia, em países como o Brasil, de exportação de produtos agrícolas (in natura e/ou processados), dominada por commodities (de domínio nacional, mas também estrangeiro) caracterizadas por enormes latifúndios, alterou grandes áreas da paisagem rural brasileira, que passou a ser dominada por plantações de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, café, entre outras (Campos, 2015, p. 166).

A fronteira agrícola é um dos principais elementos que compõem a questão agrária brasileira na atualidade. No Brasil, a ocupação de novas áreas ao longo de seu território tem sido historicamente caracterizada pela intensificação da mecanização, degradação ambiental, concentração fundiária e êxodo rural, que se materializam em um processo socioterritorial contraditório.

A globalização da economia promove avanços tecnológicos e transformações no meio rural, que afetam o trabalho e os meios de produção, inclusive a terra. Os reflexos no espaço rural ocorrem por meio da expansão das forças produtivas, que incluem o capital, a tecnologia e a divisão social do trabalho, criando articulações e relações de interdependência e subordinação entre os lugares (De David, 2010, p. 40).

A implantação do pacote tecnológico para a agricultura através da expansão dos agentes corporativos leva à desestruturação dos territórios camponeses através da aquisição fraudulenta de terras, do desmatamento do cerrado e da expropriação das comunidades tradicionais.

A expansão do capitalismo parasitário para esse território é o oposto de outras áreas de fronteira agrícola, ou seja, de forma pacífica, sem o uso explícito da violência nos conflitos pela posse da terra. Tanto é assim que a entrada de pequenos e médios proprietários do sul do país e de outros grupos interessados na terra é feita por meio de compra, mesmo que fraudulenta e com o aval do Estado (Paula Andrade, 2008).

A expansão da agricultura comercial é um fenômeno recente, a monocultura da soja está presente no estado do Maranhão no final da década de 1970. Na década de 1990, a cultura da soja ganhou força, precisamente nos municípios de Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras e Sambaíba, na mesorregião sul (Carneiro, 2008). E, no final do século XX, consolidou-se, iniciando o processo de expansão para outras regiões do estado, abrangendo principalmente as áreas de cerrado no centro e leste do Maranhão (Carneiro, 2008).

No sul do Maranhão a produção de soja em larga escala justifica a instalação de unidades de processamento de soja. Em 2006 o leste maranhense foi responsável por 10% do total de soja plantada no estado, fazendo com que essa região fosse eleita pela mídia nacional como uma novíssima fronteira da produção nacional de soja (Nogueira, 2015).

Nesse sentido, para, Gaspar (2013), o *boom* da soja, ou seja, a produção de soja em larga escala é intensificada por incentivos fiscais federais através de programas oficiais que visam promover o desenvolvimento da produção agrícola em áreas de cerrado.

A concretização da mesorregião sul do Maranhão, reconhecida nacionalmente como o principal centro de produção de soja do Nordeste. Mas também, na mesorregião leste, especialmente na microrregião de Chapadinha, um aumento expressivo a cada ano, possibilitado graças à diretividade governamental e à inserção desse território à política econômica mundial, passando a contar com os benefícios do capital financeiro.

Assim, o processo de especialização produtiva destaca as duas áreas como foco, o já consolidado sul do Maranhão e o leste em expansão. Assim, embora a soja tenha dinâmicas de produção diferentes no sul e no leste do Maranhão, esses territórios têm em comum a participação nessa atividade de agricultores do sul, conhecidos localmente como *gaúchos* (Gaspar, 2013).

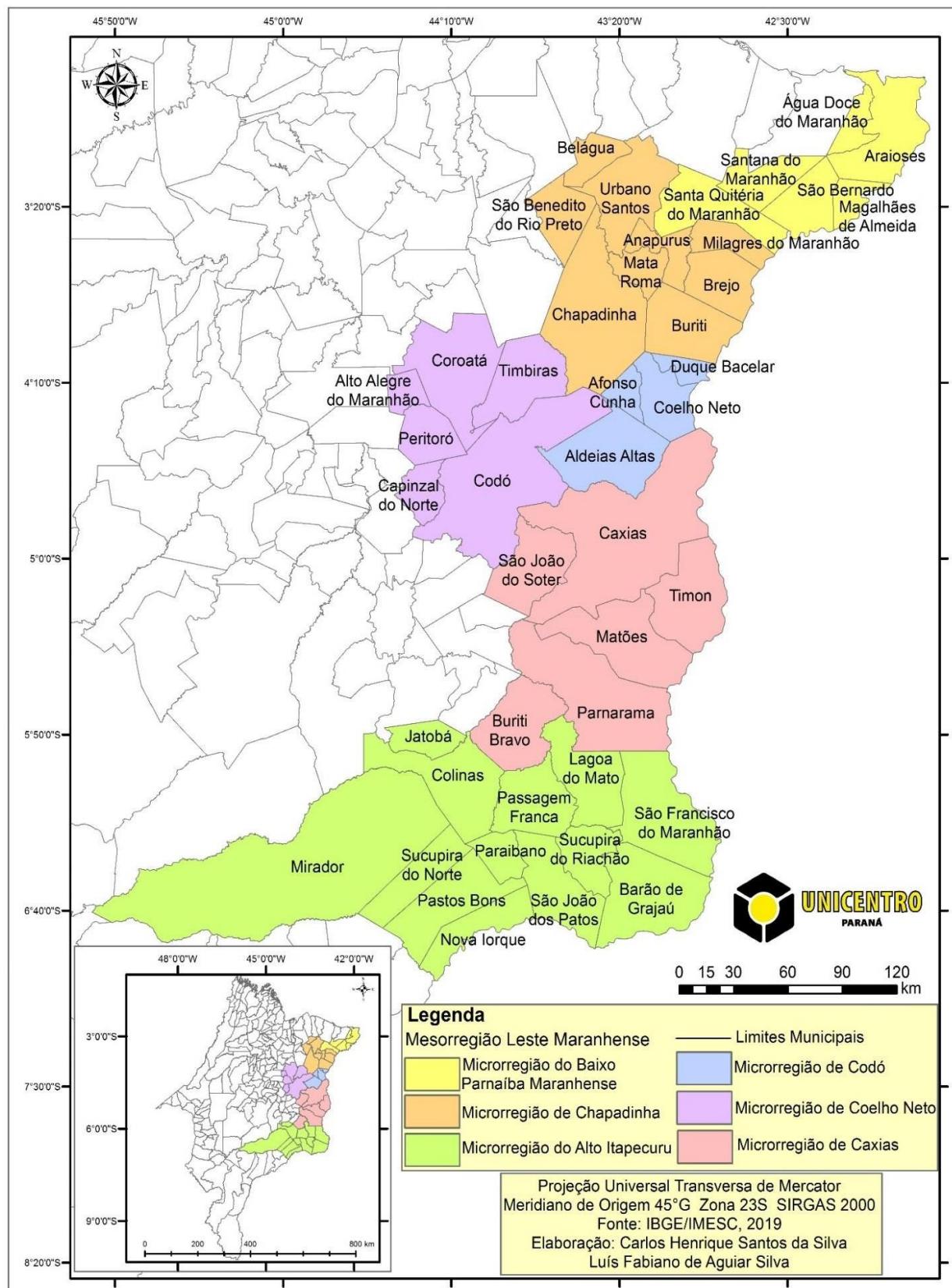
Gaúchos - são migrantes não diferenciados, oriundos principalmente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná dedicados ao empreendedorismo agrícola, com ênfase na produção de soja. No Maranhão, a porta de entrada é a cidade de Balsas, implantando um modelo de agricultura de base empresarial em meados da década de 1970 (Paula Andrade, 2008; Ferreira, 2008).

Por sua vez, porta de entrada para as chapadas e cerrado do leste, está a microrregião de Chapadinha, em especial, os povoados de Anapurus, Chapadinha, Brejo, Mata Roma e Buriti, um horizonte de terras de baixo custo, ações de grilagem e protagonismo agrícola, um "eldorado" (Gaspar, 2013, 2018; Costa, 2017).

A espacialização desse estudo tem como base a Proposta de Regionalização para o Desenvolvimento do Maranhão elaborada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) (2015) desenvolvida a partir da classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual fazemos uso da divisão do Estado do Maranhão em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. A mesorregião Leste Maranhense (Mapa 1), conforme classificação é composta por seis microrregiões geográficas: Chapadinha, Coelho Neto, Codó, Caxias, Baixo Parnaíba Maranhense, Alto Itapecuru. Formado por 44 municípios que abrangem uma extensão territorial de 70.606,230 km², e uma população de 1.336.005 habitantes (IBGE, 2010).

E, apesar da recente classificação do IBGE (2017) em regiões intermediárias e imediatas, optamos por utilizar a primeira, a regionalização do IMESC, que segue a desenvolvida pelo IBGE (2010), sobre a divisão do território, e, sobretudo, contempla as peculiaridades do território maranhense, ausentes na classificação oficial.

Mapa 1 - Localização da Mesorregião Leste Maranhense



Fonte: IBGE, 2010.

O cerrado abrange todo o leste do Maranhão, nos municípios de Barreirinhas, Urbano Santos, Mata Roma, Chapadinha, Vargem Grande, e as chapadas ao sul, nos municípios de Balsas, Riachão e Carolina. Tradicionalmente ocupado por atividades tradicionais, instaladas há séculos, esse território vem rapidamente cedendo espaço para a produção extensiva de grãos, devastando o cerrado e ocupando o relevo aplainado das chapadas.

Nesse sentido, a expansão da lavoura de soja no cerrado maranhense deve-se, sobretudo, ao direcionamento governamental, por meio dos incentivos oferecidos e do investimento realizado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na região, desde o início da década de 1990, quando lançou o "Programa Corredor de Exportação Norte", a partir dos resultados de pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do apoio financeiro de bancos nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) (Ferreira, 2008). O objetivo era o "desenvolvimento econômico e social" das regiões sul do Maranhão, sudoeste do Piauí e nordeste do Tocantins (MATOPI).

De acordo com Campos (2015, p. 180), isso mostra uma parte marcante da expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados brasileiros que:

[...] através de médios e grandes capitais vindos do Sul e Sudeste, e também de capitais multinacionais, que se aproveitam do baixo valor pago pela terra, aliado a uma conjuntura internacional favorável às grandes produções agrícolas voltadas para a exportação. E, não menos importante, a ação, o interesse e o incentivo do Estado.

Quando a monocultura da soja ganhou força no leste maranhense, especialmente na microrregião de Chapadinha, outros projetos agroindustriais já haviam adentrado a região, como a produção de eucalipto para obtenção de matéria-prima para a fabricação de celulose e carvão vegetal, realizada nos municípios de Urbano Santos e Belágua (Carneiro 2008).

[...] o processo de expansão do agronegócio nessa região antecede em pelo menos duas décadas a entrada da cultura da soja. Essa expansão está relacionada a) com a implantação de plantações de eucalipto, no início da década de 1980, no município de Urbano Santos, pela Comercial e Agrícola Paineiras Ltda, empresa do grupo Suzano de papel e celulose S/A e, b) com o início das operações, no final da década de 1980, da (Marflora), empresa responsável pela extração de carvão vegetal para produção de ferro-gusa pela Margusa, localizada no município de Rosário (atual Bacabeira) (Carneiro, 2008, p. 89).

Esses empreendimentos necessitavam de grandes extensões de terras, que seriam adquiridas, geralmente, das famílias rurais por meio de compra, levando-as a se

deslocarem para as cidades, onde necessariamente teriam que mudar suas atividades e seus modos de vida para que suas famílias pudessem sobreviver.

As comunidades tradicionais, que viviam e praticavam uma economia singular (agricultura, pesca, extrativismo e pecuária) em áreas chamadas de "terrás soltas" ou "fundos de terra", começaram a ser desapropriadas em nome do desenvolvimento e do manejo sustentável, com o aval dos órgãos ambientais. Apesar de praticarem uma agricultura dita "atrasada", devastaram muito menos que a Marflora em apenas quatro anos após sua instalação (Paula Andrade, 1995).

Com a chegada desses empreendimentos, haverá a destruição e o desaparecimento desses segmentos sociais e, com eles, também dessas chamadas "terrás devolutas". Essas sobras faziam parte de um sistema de apropriação dos recursos da natureza baseado numa outra lógica. Lógica atrasada, retrógrada, dirão os planejadores, que planejam e legitimam a destruição, apesar dos honestos e bem intencionados funcionários dos órgãos públicos (Paula Andrade, 1995, p. 63).

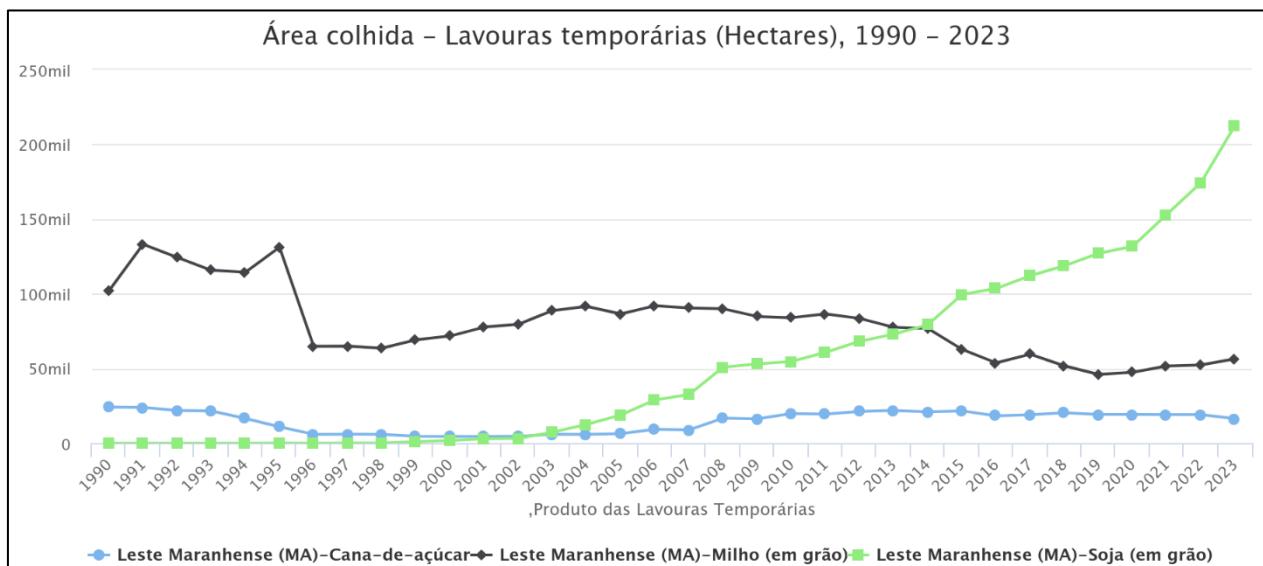
Ainda sobre esses empreendimentos e sua legislação consultada, após pesquisa realizada por Shiraishi Neto (1995, p. 71) em cartórios de registro de imóveis nas microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense, constatou-se que:

[...] um grande processo de aquisição e registro irregular de terras - públicas ou não - está sendo posto em prática pela MARFLORA/MARGUSA. Coniventes ou não com a forma de aquisição e registo, alguns oficiais de justiça participam. [...]. Assim, o processo de aquisição e registro de terras nas microrregiões de Chapadinha e Baixo Parnaíba Maranhense, que legitimam, de certa forma, a destruição total do cerrado e da economia dos pequenos produtores são, no mínimo, irregulares e ilegais.

Assim, com a inserção definitiva do cultivo da soja na região, por volta do final da década de 1990, esse modelo de aquisição de terras e expulsão das famílias camponesas para as cidades foi mantido. Ainda segundo Carneiro (2008), devido às atividades envolvidas nessa monocultura, como a pulverização dos campos de plantio e a derrubada de áreas de floresta, através do chamado "correntão", esse padrão foi intensificado através da inserção de novos tipos de conflitos.

De acordo com a literatura especializada, esse território, o leste maranhense (Gráfico 1), corresponde à nova *frente de especialização produtiva*, modificando os processos econômicos, políticos, culturais, naturais do território (Carneiro, 2008, 2013; Gaspar, 2013, 2018).

Gráfico 1 - Leste Maranhense: área colhida lavouras temporárias (hectares), 1990-2023



Fonte: IBGE, 2024.

Os dados revelam o modelo de agronegócio desenvolvido no leste maranhense, com aspectos produtivos elevados e recordes de produtividade a cada safra. No ritmo dessa expansão, a soja figura entre os principais produtos exportados pelo Maranhão, ficando atrás apenas de três *commodities* minerais ferro-gusa, minério de ferro e alumínio (Carneiro, 2008).

Considerações Finais

Territórios antes controlados por inúmeros povos originários e comunidades tradicionais, especialmente através da posse da terra, na qual soltavam livremente seus rebanhos, roçados e coletavam produtos naturais, seguindo regras historicamente definidas por cada grupo. Como reflexo de todo esse processo, os territórios de uso comum ligados ao extrativismo e ao uso comum do solo, entre outros, além dos territórios quilombolas, vêm sofrendo as consequências da expansão das *commodities* agrícolas.

As comunidades tradicionais e suas diferentes formas de uso comum da terra e da natureza, caracterizam uma economia com aspectos próprios, mas que vem sofrendo com a redução das árvores nativas do cerrado e a restrição das áreas de uso comum, levando essas comunidades tradicionais, e muitas dessas quilombolas, a perderem gradativamente suas singularidades de trabalho, produção, relações sociais e

religiosidade, provocando mudanças nas representações sociais que essas famílias fazem do território local.

Para Campos (2015), esse é um processo que é plenamente percebido em uma extensa região, que compreende os espaços do sul e leste do Maranhão, centro-leste do Tocantins, sul do Piauí e noroeste da Bahia, denominada MATOPIBA, onde as chapadas e o cerrado estão sendo gradativamente monopolizados por capitais do centro-sul e sul do país, em um modelo de modernização conservadora, continuum colonial (Mendonça, 2019).

No centro da representação desse dinamismo agrícola estão as culturas de exportação, principalmente a soja, induzindo muitos a vincularem produtividade ao conceito de desenvolvimento, sem considerar que este é substanciado por outras dimensões sociais. Esse olhar político e econômico é o que explica os benefícios dos recursos destinados a práticas consideradas modernas ao longo da história brasileira, em detrimento, muitas vezes, de uma agricultura voltada para a produção de alimentos não adequados ao pacote tecnológico (Santos; Saquet, 2010).

Esses vestígios acompanham as comunidades camponesas presentes no recorte espacial desse estudo, consolidadas como territórios de resistência contra o avanço contínuo e hegemônico do agronegócio da soja, sinônimo de um *pseudodesenvolvimento* com aparências modernas, que escondem impactos perversos e excludentes, social e territorialmente.

Do ponto de vista histórico, os processos territoriais, ou seja, econômicos, políticos, culturais e naturais na microrregião de Chapadinha se modificaram a partir da década de 1990, com a intensa migração de sulistas e empresas via Cerrado centro-brasileiro e nordestino, munidos de um pacote tecnológico (Santos; Saquet, 2010), converteram terras de baixo custo e entendidas como devolutas em territórios de produção e exportação, palco recente de transformações, contradições, conflitos e relações de poder.

A expansão do agronegócio na faixa de cerrado no leste maranhense, e especificamente na microrregião supracitada, apresenta peculiaridades próprias, que incluem as manobras típicas da indústria da grilagem de terras, e a forte presença de corretores de imóveis, comprando propriedades por um preço muito alto para os padrões de funcionamento do mercado de terras regional (Carneiro, 2008).

Assim, são três os processos pelos quais a expansão da fronteira agrícola tem repercutido sobre as comunidades tradicionais, levando à concentração fundiária, a saber:

primeiro, as ações de grilagem de terras, segundo, a ação do mercado de terras e, por último, mas não menos importante, o sufocamento do sistema de produção historicamente reconhecido das comunidades tradicionais através da interdição de trechos das chapadas.

Assim, procuramos, neste artigo, apresentar uma proposta de compreensão das mudanças na configuração territorial manifestadas pelas marcas do avanço tecnológico, pela expansão das forças produtivas, envolvendo o capital, o produtivismo e a consolidação dos complexos agroindustriais, que alteram a organização social e as relações de trabalho no espaço rural, no recorte espacial proposto.

Assim, em oposição à mundialização do capital, às novas *frentes agrícolas*, à degradação ambiental e à competitividade, e a favor do poder de decisão das comunidades de agricultores familiares, do manejo agroecológico na produção de alimentos e da reprodução e valorização dos saberes e da identidade do agricultor, que acreditamos, pensamos na urgência da construção de um paradigma popular contra-hegemônico.

Dessa forma, os elementos e processos conflitantes apresentados estão dentro da dinâmica territorial existente na agricultura dessa mesorregião, e precisam ser identificados, representados, compreendidos e valorizados, servindo de base para a construção de projetos de desenvolvimento com mais justiça social e com liberdade de decisão para os grupos sociais, num movimento contínuo de resistência ao processo de produção capitalista.

Nesse sentido, o caminho a ser percorrido por essas comunidades tradicionais destituídas de suas "almas" é e continuará sendo, como diz Mignolo (2008), um caminho epistêmico, ou seja, a oferta de um pensamento decolonial, que revele seu modo de pensar e conhecer.

As comunidades do leste maranhense, ao resistirem em seus territórios aos reiterados ataques via ações governamentais federais, estaduais, municipais em favor de empresas predatórias ao longo de décadas, demonstram ser possível reexistir, embora com perdas significativas, crimes contra suas vidas, ancestralidade, grilagem sobre suas terras, veneno e estilo de vida, guiados pelo capital-estado sobre seus territórios. Assim, constituem um vigoroso movimento de resistência universal ao colonialismo.

Então, esse estudo operou a tarefa de abrir uma porta, por trás da qual se encontra uma nova forma de compreender os processos de exploração e expropriação postos em marcha pelo alvorecer da colonialidade, o continuum colonial. Desse modo, essa tarefa,

requer de nós pesquisadores uma transformação e/ou mudança, a saber, de resistir ao confinamento científico, proporcionando a abertura e interação com atores externos, favorecendo a soma de saberes, o compromisso social e político, ativando o movimento de ação-reflexão com e para os atores envolvidos, semelhante em Silva (2022) e Saquet (2015, 2019).

Referências

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **A guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na Memória Oral.** São Luís: SIOGE, 1988.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista:** Maranhão, 1800-1850. São Paulo: Annablume, 2015.

CAMPOS, Nazareno José de. Populações tradicionais e formas de uso comum: transformações atuais em áreas de fronteira agrícola. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.) **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sergio *et al.* **Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão:** duas faces do cultivo de soja no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2008. p. 77-146.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder:** conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Anna Blume, 2013.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. Geologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org.). **Geografia do Brasil.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

COSTA, Saulo Barros. A Geografia e a questão agrária no Maranhão contemporâneo: dilemas históricos, desafios e reprodução camponesa em foco. In: RODRIGUES, Sávio José Dias *et al.* **Temas da Geografia do Maranhão:** território e desenvolvimento regional. Lugar, educação e cultura. São Luís: Café & Lápis. EDUFMA, 2017.

DE DAVID, Cesar. O ensino de Geografia nas escolas do campo: subsídios para uma prática integradora. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de *et al.* (org.). **Experiências e diálogos na educação do campo.** Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. **O Maranhão Primitivo:** uma tentativa de reconstituição. São Luís: Editora Augusta, 1983.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas - MA.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GAMA, Alexandre de O.; LEITE, Renata. Os desafios da construção de uma política nacional de desenvolvimento rural. In: STEINBERGER, Marília (org.). **Território, atores-agentes e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2017.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O Eldorado dos Gaúchos:** deslocamento de fazendeiros do Sul do país e seu estabelecimento no leste maranhense. São Luís: EDUFMA, 2013.

GASPAR, Rafael Bezerra. **Os gaúchos do agronegócio no Leste Maranhense:** estabelecimento e estratégia de reprodução. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. A modernização desigual. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 set. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Intermediárias**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 20 out. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 out. 2025.

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Proposta de regionalização para o desenvolvimento do Maranhão**. São Luís, 2015.

LAGO, Aderson de Carvalho. **Brejo, Aldeia dos Anapurus**. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. São Luís, 1989.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. Brasília: Coordenada, 1970.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Continuum colonial**. São Luís: EDUFMA; Paco Editorial, 2019.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistémica:** a opção descolonial e o significado da identidade na política. 2008. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf Acesso em: 26 mar. 2023.

NOGUEIRA, Virgínia de Fátima Bezerra. **A expansão da soja no cerrado maranhense:** uma análise da influência antrópica no clima regional. 2015. 145 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Meteorologia. Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.) Carajás: desenvolvimento ou destruição? **Relatórios de pesquisa**. São Luís: CPT, 1995, p. 15-65.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil - projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís, EDUFMA, 2008.

PAULA ANDRADE, Maristela de (org.). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense**: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba. São Luís: Universidade Federal do Maranhão – UFMA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (relatório de pesquisa), 2012.

PAULA RIBEIRO, Francisco de. "Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e de Goiás no ano de 1815, em serviço de S. M. Fidelíssima". In: **Revista de História e Geografia**, São Luís, 1848.

SANTOS, Roseli Alves dos; SAQUET, Marcos Aurelio. Considerações sobre a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Alves dos (org.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Saberes populares, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SHIRASHI NETO, Joaquim. Grilagem de Terras no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.) **Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de pesquisa**. São Luís: CPT, 1995, p. 67-77.

SILVA, Luís Fabiano de Aguiar. **Práxis territorial e contra-hegemônica**: uma experiência em investigação-ação-participativa no Quilombo Bom Sucesso dos Negros – Mata Roma-MA. 2022. 226 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Guarapuava.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os Pretos de Bom Sucesso**: terra de preto, terra de santo, terra comum. São Luís: EDUFMA, 2008.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

Recebido em 15/08/2025.

Aceito para publicação em 13/10/2025.